

APLICATIVO INCLUSIVO PARA REALIZAÇÃO DE MEDIAÇÕES E CONCILIAÇÕES ELETRÔNICAS

Diego Candido Lima, Flavio Jose Moreira Goncalves

Durante todo o curso da humanidade, a técnica e os maquinários tecnológicos foram se desenvolvendo, permitindo transformar tarefas antes dispendiosas e onerosas em atividades mais simples e confortáveis. No entanto, não é incomum que, em meio a esse desenvolvimento, uma classe de pessoas seja marginalizada desse progresso, excluída destes avanços tecnológicos por motivos diversos. No Direito, não é diferente. Com a crescente modernização dos meios de comunicação, as mediações judiciais brasileiras passaram por uma verdadeira revolução, tornando-se virtuais. No entanto, diversas populações econômica, física ou intelectualmente hipossuficientes não possuem acesso a esses meios, surgindo então um imbróglio onde deveria haver apenas uma solução. As aplicações computacionais atuais voltadas para mediações e conciliações eletrônicas apresentam alguns problemas, a saber: a pouca usabilidade (inacessibilidade a pessoas com deficiência em geral), inexistência de um meio para resguardar a confidencialidade dos participantes da mediação, sendo necessária a busca de alternativas para resolver o problema, evitando violar a privacidade e confidencialidade, mas garantindo a segurança e identidade os papéis desempenhados pelos presentes nas conciliações. Venturosamente, o problema possui solução, que passa pela necessidade de desenvolvimento e implementação de sistemas computacionais on-line que permitam mediações e conciliações eletrônicas de forma segura, acessível e clara, isto é, que todos os usuários, independente de classes sociais ou deficiências que venham a possuir, possam utilizá-lo com facilidade, fazendo a tecnologia cumprir, dessa maneira, o papel que sempre desempenhou na história da humanidade.

Palavras-chave: Acessibilidade. Usabilidade. Sistemas digitais. Mediações jurídicas.